

A. I. Nº - 300449.0280/08-0  
AUTUADO - GOIS & BARRETO LTDA.  
AUTUANTE - ANTONIO FERNANDO CAMPOS PEDRASSOLI  
ORIGEM - INFAZ ITABUNA  
INTERNET - 07.05.2009

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0103-01/09

**EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. a)** DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS E O LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. **Infração não contestada. b)** DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES NO LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS E O LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. **Infração não impugnada. c)** DESENCONTRO ENTRE O IMPOSTO RECOLHIDO E O LANÇADO NO LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS. **Infração insubsistente. d)** REGISTRO DE APURAÇÃO. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. **Infração reconhecida. 2.** LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. VALOR DAS SAÍDAS SUPERIOR AO DAS ENTRADAS. **Infração não contestada. 3.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **Infração insubsistente. 4.** VENDAS ATRAVÉS DE CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. SAÍDAS EM VALOR INFERIOR AO FORNECIDO PELA ADMINISTRADORA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. **Infração não impugnada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

## RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/01/2008, exige o pagamento no valor histórico de R\$88.579,74 em razão das seguintes irregularidades:

1. Recolheu a menos o ICMS em decorrência de divergência entre os valores lançados no livro Registro de Entradas de Mercadorias e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS no mês julho de 2004, sendo exigido o valor de R\$0,02, acrescido da multa de 60%;
2. Recolheu a menos o ICMS em decorrência de divergência entre os valores lançados no livro Registro de Saídas de Mercadorias e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS no mês de julho de 2004, sendo exigido o valor de R\$ 0,08, acrescido da multa de 60%;
3. Falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de registro de entrada de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado, levando em conta, para o cálculo, o maior valor monetário – o das saídas tributáveis, nos exercícios de 2005 e 2006, sendo exigido o valor de R\$ 31.467,21, acrescido da multa de 70%;

4. Falta de recolhimento do imposto relativo, às operações de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento em sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias sendo exigido o valor de R\$ 23.221,53, acrescido da multa de 70%;
5. Recolheu a menos o ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS no mês de janeiro de 2007, sendo exigido o valor de R\$ 4.085,43, acrescido da multa de 60%;
6. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios no mês de maio a outubro de 2003 sendo exigido o valor de R\$27.124,80, acrescido da multa de 50%;
7. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação relacionadas no Anexo 88 do RICMS-BA/97, no mês de novembro de 2003, sendo exigido o valor de R\$ 122,56, acrescido da multa de 60%;
8. Omissão de saída de mercadorias tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, nos meses de janeiro a outubro e dezembro de 2006, sendo exigido o valor de R\$ 2.558,11, acrescido da multa de 70%

Constam dos autos: Recibo de Recepção de Arquivos Eletrônicos, fls. 12 a 16, extratos do INC – Resumo Fiscal Completo, fls. 17 e 18, SEPD, fl. 22, Processos Tributários, fl. 23, ECF, fl. 24, PAIDF, fls. 25 a 31, Relação de DAE's Anos 2002 a 2007, fls. 36 a 41, Relatório DMA Consolidada – 2002 a 2006, fls. 42 a 48, - Relatório de Informações TEF – Anual 2006, fl. 49, planilha “Auditoria da Conta-Corrente – 07/2004, fls. 50 e 51, planilhas “Auditoria de Estoques” – Exercícios de 2004 a 2006, fls. 52 a 145, Relatório Diário por Operações TEF, fls. 146 a 163, Planilha Comparativa de Vendas por meio de Cartão de Crédito/Débito dos meses de janeiro a outubro e dezembro de 2006, Intimação da Lavratura do Auto de Infração, fl. 179 e 180.

O sujeito passivo impugna o Auto de Infração, fls. 182 a 184, manifestando seu inconformismo, tão-somente em relação às infrações 05 e 07, e asseverando que reconhece as demais infrações e que já foram pagas.

No que diz respeito à infração 05 esclarece que o DAE a ela relativo fora recolhido com a data de referência e o mês de vencimento errados, porém, consoante protocolo nº 096991-2007-0, de processo de retificação, datado de 12/06/2007, fl. 185 a 189. Informa que foi pago um DAE referente a correções e juros em 23/05/2007, no valor de R\$198,86, e DAE principal foi pago em 19/03/2007, no valor de R\$4.308,30.

Em relação à infração 07, afirma que o DAE fora recolhido com o código de receita errado, porém foi feito um requerimento de retificação de DAE, conforme protocolo nº 00343/2004-3 em 08/01/2004, colacionado às fls. 190 a 193.

Conclui querendo a improcedência das infrações 05 e 07 do Auto de Infração.

O autuante ao preceder a informação fiscal, fls. 195 a 196, afirma inicialmente que compulsando o CPT-INC, verificou que a retificação do DAE – processo 0969912007-0, atinente à infração 05 foi deferido, conforme extrato que anexa à fl. 196.

Em relação à infração 07 observa que no sistema consta que ainda se encontra em processo de análise e colaciona à fl. 197, cópia do extrato.

Ao final, depois de ressaltar que o autuado reconheceu o débito das infrações 01, 02, 03, 04, 06 e 08, requer a procedência parcial do auto de Infração com a exclusão da infração 05, cujo pagamento resta comprovado com o deferimento do pedido de retificação do DAE.

Consta à fl. 198, que a Coordenação de Administração do CONSEF despacho enviando os autos à Infaz de origem, para que autuado fosse intimado para apresentar procuração do preposto que assinou a defesa, fl. 184. Verifica-se à fl. 201, o atendimento com anexação de procuração, na qual o sujeito passivo outorga poderes ao Sr. Sinval Fontes Gonçalves.

Constam às fls. 210 e 211, demonstrativo do parcelamento de valor parcial do débito pelo sujeito passivo com a indicação de que se encontra na situação interrompida.

#### **VOTO**

Inicialmente ao compulsar os autos constato que o sujeito passivo não impugnou as infrações 01, 02, 03, 04, 06 e 08, portanto, por não integrar a presente lide, mantenho os lançamentos de ofício atinentes a estas seis infrações.

As duas infrações remanescentes não reconhecidas são: a infração 05 que cuida do recolhimento a menos do ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS no mês de janeiro de 2007 e a infração 07 que trata da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação relacionadas no Anexo 88 do RICMS-BA/97, no mês de novembro de 2003.

O autuado em relação a essas duas infrações alegou que os valores apontados no levantamento fiscal já tinham sido recolhidos e decorreram de erro no preenchimento dos respectivos DAE's. Para comprovar sua alegação carrou aos autos cópia da "Ficha de Alteração de Dados no Sistema de Arrecadação" por ele requerido à Inspetoria para promover a correção no Sistema de Arrecadação da SEFAZ. O processo nº 096991/2004, relativo à infração 05, consta à fl. 185, e o de nº 003433/2004-3 trata da infração 07, à fl. 190.

Constato de acordo com a informação prestada pelo autuante, com base nos extratos do Sistema de Controle de Pareceres Tributários, fls. 196 e 197 que, somente fora regularizada a arrecadação relativa à infração 05, restando comprovado o recolhimento de R\$4.085,43. Portanto, a infração é insubsistente.

Já a infração 07, apesar do autuante, ao prestar informação fiscal ter colacionado aos autos extrato do CPT-INC, indicando que o processo nº 003433/2004-3, atinente a retificação do DAE ainda não havia sido deferido, verifica-se que já consta no sistema CPT-INC o deferimento da correção do DAE do débito exigido no valor de R\$122,56, portanto, considero insubsistente esta infração.

Extratos do SIGAT colacionados às fls. 210 e 211, indicam que o autuado parcelou o débito exigido no Auto de Infração e encontra-se na "Situação: interrompido".

Assim o débito total do Auto de Infração que fora lançado originalmente no valor de R\$88.579,74, com a exclusão dos débitos relativos às infrações 05 e 07, respectivamente, nos valores de R\$4.085,43, e R\$122,56, passa para R\$84.371,75, valor este não contestado pelo sujeito passivo.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores recolhidos.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **300449.0280/08-0**, lavrado contra **GOIS & BARRETO LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do

imposto no valor de **R\$84.371,75**, acrescido das multas de 70% sobre R\$57.246,85, 60% sobre R\$0,10 e de 50% sobre R\$27.124,80, previstas, respectivamente, no art. 42, incisos III, II, “a” e I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2009

RÚBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR